



Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales
2º Reunión Internacional sobre Formación de las Elites

Núcleo de Estudios sobre Elites y Desigualdades Socioeducativas

Enfoques y avances de investigación en el estudio relacional de las desigualdades

Régimen político y reclutamiento parlamentario en Brasil:
perfil de los senadores en la democracia y la dictadura

Adriano Codato (NUSP/UFPR, Brasil)

Luiz Domingos Costa (NUSP/UFPR; Uninter, Brasil)

Lucas Massimo (NUSP/UFPR, Brasil)

Buenos Aires

octubre, 2013

versão preliminar; por favor, não citar

Régimen político y reclutamiento parlamentario en Brasil: perfil de los senadores en la democracia y la dictadura

Resumen

El artículo reconstruye los perfiles colectivos de las bancadas del Senado brasileño en tres periodos distintos: la democracia populista (1945-1964), la dictadura militar (1964-1979) y lo régimen de transición a la democracia (1979-1982). Este intervalo de tiempo comprende tres regímenes políticos y tres distintos sistemas partidarios: sistema multipartidista (1945-1965); bipartidista (1965-1979), y multipartidista (del 1979 en adelante). La hipótesis es la siguiente: conversiones morfológicas y distintas rutas políticas de dichas bancadas habrán de estar relacionados con el tipo de régimen político y, más concretamente, con el régimen de partidos en vigor en cada momento histórico. Es decir que existe una lógica netamente política que, según contextos específicos, impulsa la selección de concurrentes a las posiciones de control institucional. En el caso aquí analizado, se supone que los atributos de los miembros del Senado elegidos bajo un sistema donde muchos partidos en competencia deben ser distintos de los elegidos bajo el bipartidismo – aunque las reglas electorales permanezcan constantes. Para analizar el impacto del cambio de las reglas del juego en las condiciones de acceso a la Cámara Alta, han sido estudiados 298 senadores. Se analizan patrones de selección social de élites y también cambios incrementales de los atributos políticos. Los datos han revelado cambios en las rutas de acceso al comparar los sistemas entre sí y las diferentes partes de cada sistema. Sin embargo, algunos de los atributos propiamente sociales se mantuvieron constantes.

Palabras clave: Senado Federal; reclutamiento parlamentario; carrera política; régimen político.

NOTA METODOLÓGICA

Na base de dados utilizada para este trabalho o universo total de senadores (e o seu número em algumas eleições) está ligeiramente subdimensionado (cf. o Anexo 1 para os valores exatos). Trata-se de uma dificuldade adicional da coleta que a pesquisa ainda não logrou resolver. Em primeiro lugar, a fonte primordial para essa informação, o Tribunal Superior Eleitoral do Brasil, não disponibiliza publicamente os dados do total de eleitos e candidatos, votações, comparecimento às urnas para o período anterior à democracia corrente.

Em segundo lugar, o sítio eletrônico do Senado Federal do Brasil apresenta, para cada legislatura, a relação dos eleitos ao lado dos suplentes, o que compromete a análise apenas dos eleitos. A solução provisória foi reconstituir as bancadas (e o perfil social e político dos seus ocupantes) por meio de dicionários biográficos. Com isso, há oscilação para baixo em cerca de 2 ou 3 casos a cada eleição. No total, na nossa base de dados faltam informações para 27 parlamentares.

INTRODUÇÃO

Estudos sobre o pessoal político eleito no Brasil estão em grande medida apoiados em informações sociográficas sobre períodos históricos mais recentes¹. Análises das propriedades sociais e dos itinerários políticos de deputados federais e de senadores têm ignorado as transformações do recrutamento ao longo de um intervalo de tempo mais dilatado. São raros os esforços de verificação empírica das lógicas de seleção de parlamentares em legislaturas anteriores ao regime da Constituição de 1988². Possivelmente a ausência de fontes de acesso imediato e de bancos de dados construídos especificamente para esse fim tenha desmotivado investigações focadas em sequências temporais razoavelmente amplas. Por sua vez, as poucas pesquisas existentes sobre a classe política concentradas no passado limitaram-se a estudar ou momentos políticos muito localizados ou a analisar unidades subnacionais muito específicas³. Um dos resultados desse privilégio quase exclusivo da literatura sobre o presente histórico é que se impedem comparações do perfil da elite parlamentar em regimes políticos diferentes (onde as condições de competição pelas cadeiras legislativas são também diferentes) e um melhor entendimento da transformação (ou não) do seu retrato coletivo.

O propósito deste trabalho é confrontar os atributos sociais e a estrutura de carreira dos senadores brasileiros eleitos em três períodos: 1945-1964, 1964-1979 e 1979-1982. Essas datas coincidem, respectivamente, com o regime democrático-populista, com o regime ditatorial-militar e com o regime de transição para a democracia pós-ditadura no Brasil. Cada um desses intervalos de tempo teve partidos políticos e sistemas partidários bem diversos. Enquanto no primeiro caso vigorou o pluripartidarismo, com a dominância de três grandes organizações (PTB, UDN, PSD⁴), extintas pela ditadura militar em 1965, a segunda temporada consagrou, até fins de 1979, o bipartidarismo da ARENA e do MDB⁵, e depois novamente o pluripartidarismo, mas com outras legendas e outras identidades políticas (PDS, PMDB, PDT, PTB e PT⁶). Nosso objetivo específico é determinar os modos de diversificação social e política da elite senatorial, modos esses mediados por *regimes de partidos* diferentes entre si.

¹ Ver, a título de exemplo, (Araújo, 2011; M. do S. S. Braga, Veiga, & Miriade, 2009; A. Codato, Cervi, & Perissinotto, 2013; Coradini, 2011; Costa & Codato, 2013; Messenberg, 2007; Neiva & Izumi, 2012; Perissinotto & Bolognesi, 2010; Rodrigues, 2002, 2006).

² As exceções são (Di Martino, 2009; Marengo dos Santos, 1997, 2000; F. Santos, 2000).

³ Ver, por exemplo, (S. S. Braga, 1998; A. Codato, 2008; McDonough, 1982), para o primeiro caso, e (Fleischer, 1973, 1981; Love, 1982) para o segundo.

⁴ O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), a UDN (união Democrática Nacional) e o PSD (Partido Social Democrático) foram agremiações criadas em 1945 durante o último ano do Estado Novo brasileiro (1937-1945).

⁵ A ARENA (Aliança Renovadora Nacional) era o partido de apoio aos governos autoritários; o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) era a agremiação de oposição. Apenas esses dois partidos estiveram autorizados a funcionar até 1979.

⁶ Respectivamente: Partido Democrático Social (fundado em 1980), era o sucessor da ARENA; Partido do Movimento Democrático Brasileiro (fundado em 1980), era o sucessor do MDB; Partido Democrático Trabalhista (fundado em 1979), era o herdeiro do antigo PTB; Partido Trabalhista Brasileiro (fundado em 1980); e Partido dos Trabalhadores (fundado em 1980).

Esquemáticamente, a periodização que adotamos é a seguinte:

QUADRO 1. REGIMES POLÍTICOS E REGIMES DE PARTIDOS NO BRASIL, 1945-1982

fase 1	fase 2	fase 3
regime político democrático-populista	regime político ditatorial-militar	regime político de transição
1945-1964	1964-1979	1979-1982
regime pluripartidário	regime bipartidário	regime pluripartidário
1945-1965	1965-1979	1979-1982

Estudaremos os perfis dos senadores brasileiros em duas dimensões: a evolução da sua sociografia característica ao logo de quase quarenta anos e as variações longitudinais de suas credenciais políticas. A hipótese básica a ser testada no trabalho é a seguinte: as conversões morfológicas e os diferentes itinerários políticos desses quadros de elite devem estar ligados ao tipo de *regime político* e, mais especificamente, ao *regime partidário* vigente em cada fase histórica considerada. Há, assim, uma *lógica* propriamente *política* (e não social ou econômica) que dirige a seleção dos competidores às cadeiras dessa assembleia. No caso, supõe-se que os atributos dos membros da Câmara Alta do Brasil eleitos sob um regime onde rivalizam muitos partidos devam ser diferentes – em uma medida a ser determinada empiricamente aqui – daqueles eleitos sob o bipartidarismo, mesmo com as regras eleitorais permanecendo constantes⁷.

Agregamos a essa hipótese central, duas outras conjecturas secundárias a fim de testar sua validade. Elas têm a ver com o contexto político coberto pela pesquisa e com o conhecimento disponível sobre a Câmara Baixa do Brasil:

- i)* a ditadura militar, numa política deliberada de depuração da classe política tradicional e de recrutamento de quadros mais “técnicos”, teria viabilizado ou induzido um aumento, ainda que moderado, de especialistas (engenheiros, economistas, administradores) eleitos para as posições legislativas federais (Nunes, 1978; F. Santos, 2000, pp. 98–99). O mesmo processo teria ocorrido no Executivo provincial. Alguns governadores de estados, que eram indicados diretamente pelo Presidente da República, teriam um perfil menos tradicional (Samuels & Abrucio, 2000, p. 50; W. G. dos Santos, 1971).
- ii)* quando se comparam as três coortes de senadores (1945-1964; 1964-1979; 1979-1982), teria havido uma renovação substantiva dessa elite, medida pela extensão da experiência política prévia ao Senado e pela comutação na via de acesso primordial à Casa, com a substituição de velhas raposas por políticos mais jovens, menos experientes e menos dependentes das máquinas partidárias – conforme os achados de (Marenco dos Santos, 1997) para a Câmara Baixa; e

O banco de dados desse experimento reúne atributos de 298 indivíduos eleitos para a Câmara Alta no Brasil em onze disputas políticas realizadas sucessivamente entre 1945 e 1982⁸. Eles estão assim distribuídos:

⁷ (Pedersen, 2000) demonstrou a transformação incremental da elite legislativa da Dinamarca em função do desenvolvimento do seu sistema partidário.

⁸ São elas: 1945, 1947, 1950, 1954, 1958, 1962, 1966, 1970, 1974, 1978, 1982.

TABELA 1. REGIME POLÍTICO NO QUAL O SENADOR FOI ELEITO

	Frequência	Percentual
democracia populista	168	56,4
ditadura militar	107	35,9
regime de transição	23	7,7
Total	298	100,0

FONTE: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (UFPR)/ Observatório de elites políticas e sociais do Brasil.

obs.: O N não é constante para cada eleição em função de alterações na legislação e da criação de novos estados.

Durante a coleta, organizamos as informações em quatro blocos: o primeiro tratou de informações básicas do indivíduo, como nome, sexo, lugar e data de nascimento, parentesco político, ocupações profissionais prévias à atividade política e grau e tipo de formação escolar. O segundo bloco de dados registrou a trajetória pública do senador (quais cargos e mandatos foram ocupados pelo político até a sua eleição ao Senado). O terceiro bloco é completado com a vida partidária do senador: aqui foram anotados os partidos aos quais ele foi filiado durante sua vida política e que cargos de direção partidária exerceu. Finalmente, o quarto bloco de informações registra os vínculos associativos do senador, tais como o pertencimento a organizações da sociedade civil (sindicatos, associações empresariais, etc.), o seu engajamento ou não em movimentos sociais, etc.⁹

O trabalho está dividido em três partes. Na primeira, fazemos um breve resumo da estrutura institucional da representação do Brasil e da acidentada história eleitoral desse período entre 1945 e 1982. Na segunda parte, apresentamos e discutimos os resultados do estudo. Nas conclusões, retomamos a hipótese principal e as secundárias e fazemos um balanço do que foi ou não confirmado pelos dados.

HISTÓRIA POLÍTICA E LEGISLATIVA

O Poder Legislativo no Brasil, no nível federal, é exercício pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Somadas, essas casas compõem o Congresso Nacional.

A Câmara dos Deputados representa os eleitores individualmente. Já o Senado Federal representa os estados (“províncias”) da federação e o Distrito Federal.

Essas disposições, assim como as regras eleitorais apresentadas a seguir, permaneceram praticamente as mesmas nas duas Cartas Constitucionais que vigoraram no intervalo político estudado aqui: 1946 e 1967 (e permanecem as mesmas na Constituição de 1988).

A. O sistema eleitoral para escolha dos senadores

Os Senadores brasileiros são eleitos segundo o princípio majoritário em turno único.

O distrito eleitoral é o estado. Cada estado e o Distrito Federal elegem três Senadores, com mandato de oito anos. Essa representação é renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços (ver o Anexo 1).

⁹ Agradecemos aos pesquisadores do NUSP/UFPR o esforço de coleta desses dados.

Para ser eleito membro do Congresso Nacional no regime da Constituição de 1946 era preciso ser brasileiro (Art. 38). A Constituição de 1967 mudou a exigência e estipulou que era preciso ser brasileiro nato (Art. 30). Em ambas as Cartas a idade mínima para se candidatar ao Senado era 35 anos.

B. História político-partidária do Brasil

O quadro a seguir resume, em grandes traços, a acidentada história político-eleitoral do Brasil entre 1945 e 1982.

QUADRO 2 – PRINCIPAIS EVENTOS POLÍTICOS E EFEITOS PARA O SISTEMA PARTIDÁRIO ENTRE 1945 E 1982

Data	Medida / Evento	Disposições	Efeitos para o sistema partidário e para a disputa ao Senado
28 de maio de 1945	Lei Agamenon, Decreto-Lei nº 7.586.	Lei eleitoral que organiza o alistamento e o sistema eleitoral, além do registro e criação dos partidos políticos.	Proporcionou espaço para a proliferação e a nacionalização de partidos, especialmente por conta da redução de 50 mil para 10 mil assinaturas de cinco ou mais circunscrições eleitorais para o registro das novas agremiações.
Entre abril e julho de 1945	Fundação e registro dos grandes partidos nacionais.	Organização do PSD (julho), UDN (abril) e PTB (maio).	Os principais partidos, com maiores bancadas no Congresso Nacional no pós-1946 e com organização nacionalizada.
Entre julho de 1945 até 1960	Criação dos pequenos partidos do período.	Criação das siglas: PSB, PST, PTN, PDC, MTR, PR, PRP, PPB, PSP, PCB, PL, e PPS.	Partidos menores, com representação intermitente no Senado e com organização limitada a alguns estados.
27 de outubro de 1965	AI-2, Ato complementar nº 4.	Art. 18: "Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros". O sistema pluripartidário é transformado em bipartidário.	Criação dos dois partidos: Arena (pró-regime) e MDB (oposição). Instituição do mecanismo da "sublegenda": cada partido podia inscrever até três candidatos para uma mesma vaga nas eleições majoritárias (caso das eleições para o Senado). O mais votado entre os três era eleito.
15 de novembro de 1974	Vitória do MDB nas eleições senatoriais.		Fortalecimento e nacionalização da oposição partidária ao regime ditatorial-militar. O bipartidarismo adquire características plebiscitárias.
1 de abril de 1977	Pacote de Abril.	Imposição da eleição indireta de 1/3 de cadeiras para o Senado. Aumento de 2 para 3 sublegendas.	Retomada da maioria governista no Senado, ampliação do número de candidatos ao Senado.
20 de dezembro de 1979	Lei Federal nº 6 767.	Extinção dos partidos políticos Arena e MDB e criação de nova regulamentação dos novos partidos políticos.	Fim do bipartidarismo e retorno ao pluripartidarismo. Fragmentação da representação partidária no Congresso Nacional. Criação do PMDB, PDS, PTB, PDT e PT.
15 de novembro de 1982	Eleições diretas para governadores dos estados.		Aumento do número de cargos para competição, maior arejamento da representação no Senado.

Fonte: (Abreu, Beloch, Lattman-Weltman, & Niemeyer, 2001; A. N. Codato, 2005; Souza, 1976)

RESULTADOS

A. Atributos pessoais: a estabilidade dos padrões de seleção social da elite

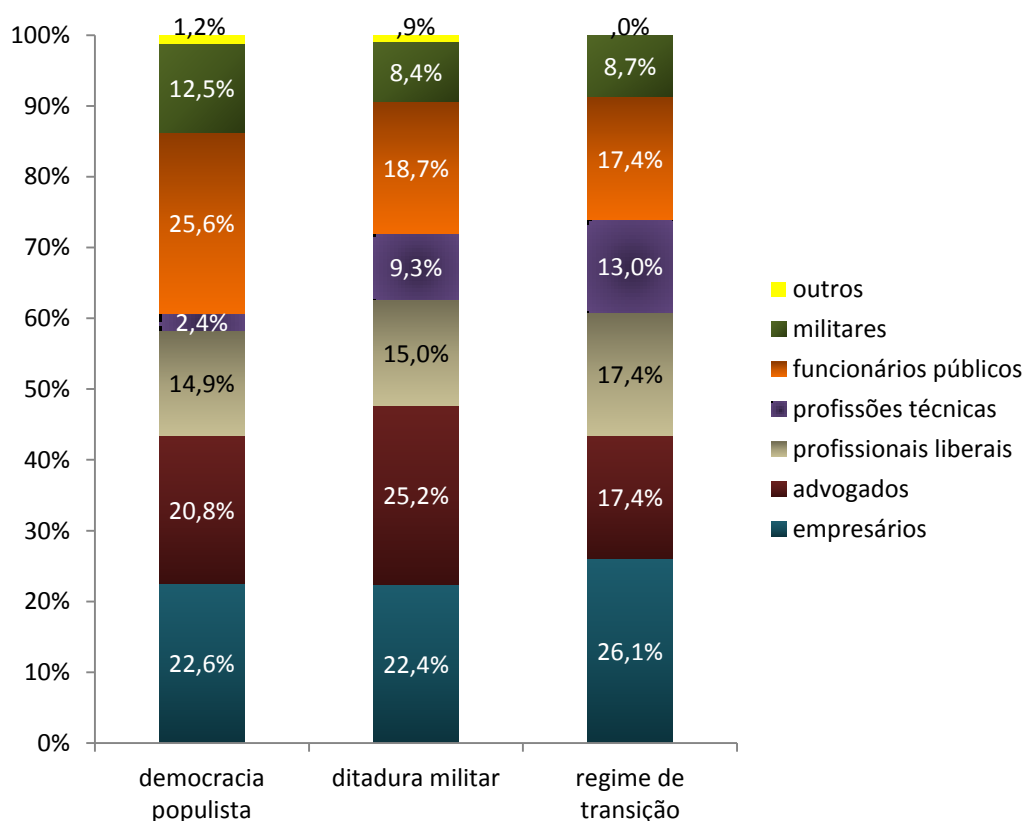
Para verificar a mudança ou não de perfil coletivo dos senadores brasileiros desde 1945 apresentaremos algumas informações referentes aos indicadores sociais mais básicos em estudos de elites políticas: *i*) ocupação profissional que antecede a carreira propriamente política; *ii*) taxas e tipos de formação escolar superior; e *iii*) estrutura de distribuição etária dos representantes da Câmara Alta. As informações foram agrupadas por regimes políticos.

1. Os viveiros profissionais de recrutamento da elite

Desde 1932 os códigos eleitorais e as sucessivas Constituições brasileiras garantiram às mulheres o direito de votarem e serem votadas. Ainda assim, senadores, no intervalo de tempo estudado aqui, são, sem exceção, todos homens: a primeira mulher obterá uma cadeira no Senado somente em 1990.

As ocupações de origem predominantes desse grupo não são surpreendentes. Antes de entrarem na política os senadores foram majoritariamente ou profissionais liberais (com destaque evidente para os advogados) ou empresários. O único contingente inesperado foi o de funcionários públicos, que na democracia populista somaram 25,6% das vagas (Gráfico 1).

GRÁFICO 1 – OCUPAÇÃO PRÉVIA À CARREIRA POLÍTICA DOS SENADORES ELEITOS ENTRE 1946 E 1982 NO BRASIL (%)



FONTE: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (UFPR)/
Observatório de elites políticas e sociais do Brasil.

O Gráfico 1 demonstra que existe uma relação (ainda que não espetacular) entre tipo de ocupação e regime político/regime partidário. Seja concorrendo por muitos partidos, seja concorrendo por apenas dois, “empresários” nunca foram o maior contingente, exceto durante o regime de transição, quando formam o primeiro grupo, à frente dos advogados. Depois de 1979, com a volta do regime de múltiplos partidos, os empresários (rurais e urbanos) se tornam o maior grupo social da Casa, controlando um quarto das cadeiras (26,1%). Conforme nossos dados, depois de 1986 os empresários (rurais e urbanos) passaram a dominar definitivamente o Senado Federal. Em 1990 os proprietários de empresas são nada menos de 39% da Câmara Alta do Brasil. Em 2010, ano da última disputa observada, eles conquistaram 26% das vagas disponíveis (Costa & Codato, 2013, p. 114), voltando ao mesmo patamar do início dos anos 1980.

O domínio das profissões jurídicas durante a ditadura militar (25,2%) é digno de nota, mas nem de longe rivaliza com a hegemonia da categoria “advogados” no Senado dos Estados Unidos: entre 1943 e 1983 o percentual médio de senadores-advogados nos EUA foi de 64,6%¹⁰.

Chamam a atenção três informações: *i*) o número reduzido de militares durante a ditadura: apenas 8,4%, cifra até menor que a do período anterior (12,5%); *ii*) o número significativo de (altos) funcionários públicos na democracia populista (quase 26% das cadeiras), e sua diminuição progressiva e constante de um regime a outro, tendência que contrasta com o padrão observado em vários países da Europa continental e Reino Unido (Cotta & Tavares de Almeida, 2007)¹¹; e *iii*) o crescimento muito expressivo (possivelmente sobre o contingente de advogados) de profissionais de ramos mais especializados (“profissões técnicas”) e seu aumento incremental em termos percentuais ao longo do tempo: 2,4% no regime da Constituição de 1946, 9,3% na ditadura militar e 13% no regime de transição para a democracia¹².

2. *O background educacional dos parlamentares brasileiros*

Estudo comparativo sobre o nível educacional dos membros dos parlamentos de Argentina, Brasil, Chile e Uruguai mostrou que na primeira década de 2000 a cota dos senadores diplomados em universidades no Brasil só não era mais alta do que a dos chilenos, bem à frente de argentinos e uruguaios: 91% (Llanos & Sánchez, 2006, p. 13)¹³.

O Gráfico 2 apresenta a formação universitária dos eleitos para o Senado nos três ciclos. A média de graduados é até maior, 94%, com um pico de quase 96% na primeira eleição depois do fim do bipartidarismo.

¹⁰ Dados calculados a partir de (Miller, 1995, p. 59), Tabela 2. Esse padrão, contudo, não é universal. “Advogados representam pouco mais de cinco por cento” dos representantes nas câmaras alta e baixa do Japão, “e a maioria deles pertencem a partidos de oposição, e não ao LDP. Essa baixa proporção de advogados diferencia os legisladores japoneses de seus colegas na maioria dos países ocidentais, especialmente dos Estados Unidos. Esse fato corresponde à baixa relação de advogados entre a população japonesa em geral” (Fukai & Fukui, 1992, p. 29). Dados referentes aos anos 1980. Na Lituânia pós-comunista, o Parlamento era dominado por professores (em 1992, 35,5%) e advogados contavam com apenas 2,8% das cadeiras (Matonyte, 2003, p. 60), Tabela 7.

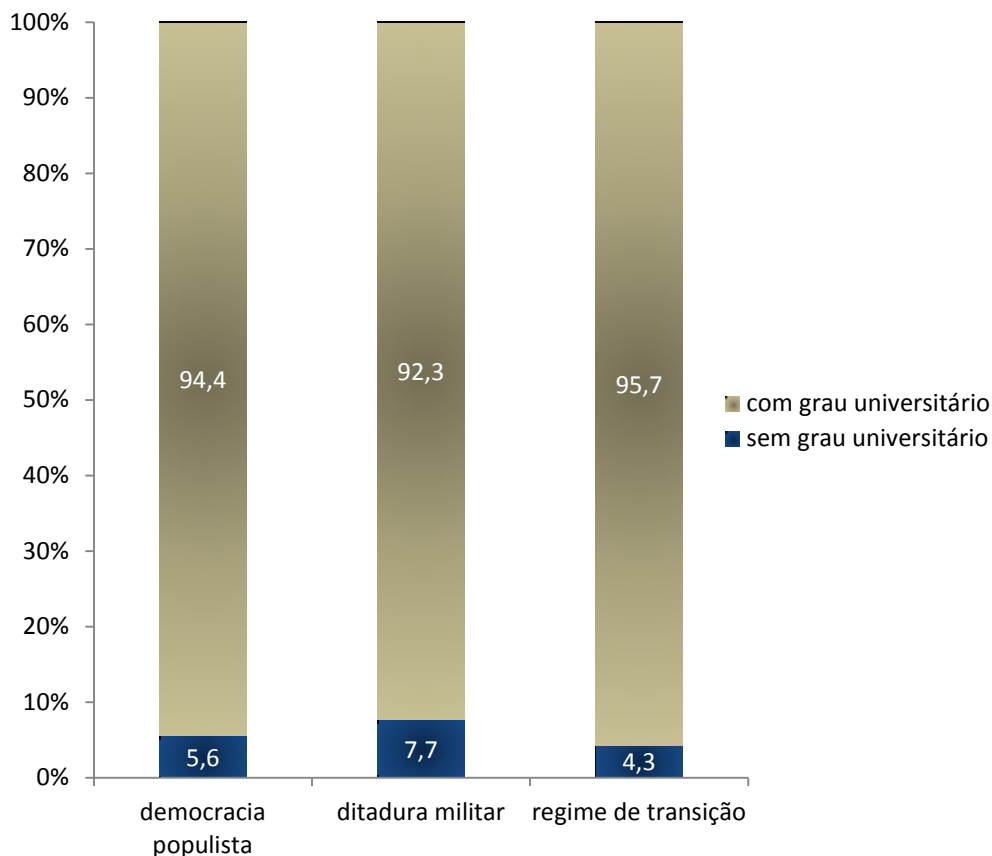
¹¹ Para o intervalo de tempo considerado por nós, entre 30 e 40% dos parlamentares vieram do setor público antes de sua primeira eleição legislativa. Ver (Cotta & Tavares de Almeida, 2007, p. 52), especialmente a Figura 3.1. Os países referidos são: Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Hungria, Itália, Holanda, Noruega, Reino Unido, Portugal e Espanha.

¹² Consideramos profissionais liberais: médicos, comunicadores, bancários, dentistas; profissões técnicas: contadores, engenheiros, economistas.

¹³ As cifras são as seguintes: Argentina (legislatura de 2001-2003), 79%; Uruguai (legislatura de 2000-2005), 76%; e Chile (2002-2006), 96%. Para o Brasil, o período considerado foi o de 2003 a 2007. Ver (Llanos & Sánchez, 2006, p. 13), Gráfico 3.

Essa tendência – da elite parlamentar ser muito mais educada do que a média da população – adquire, no Brasil, um contorno notável, já que a taxa de escolarização entre 1940 e 1980 nunca foi muito alta, e a de indivíduos com curso superior, mínima.

GRÁFICO 2 – DIPLOMADOS NO ENSINO SUPERIOR ENTRE SENADORES ELEITOS DE 1946 A 1982 NO BRASIL (%)



FONTE: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (UFPR)/
Observatório de elites políticas e sociais do Brasil.

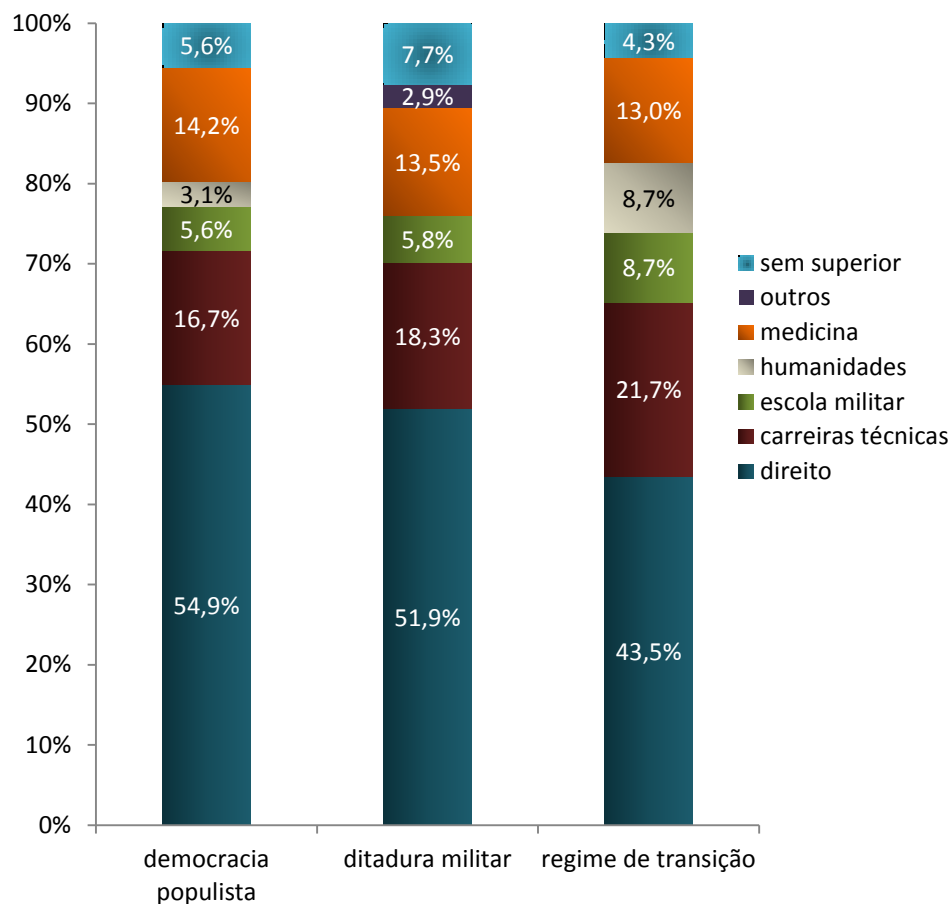
Nessa ilha de letrados, para retomar a expressão de José Murilo de Carvalho sobre o período imperial no Brasil (Carvalho, 1996), Direito é, em todos os intervalos de tempo, a formação predominante dos legisladores (Gráfico 3). Embora no regime de transição sua ocorrência tenha diminuído de 55% (primeiro ciclo político) para 43,5% dos senadores brasileiros, ela continuará sempre a formação dominante na Casa. De 1986 até 2010 nada menos de 1/3 dos parlamentares da Câmara Alta formou-se em Direito (Costa & Codato, 2013, p. 119)¹⁴.

¹⁴ “No entanto, a importância da formação em Direito não é uma regra absoluta nos parlamentos ocidentais. A sua presença não é tão expressiva na Irlanda e na Inglaterra, por exemplo. Na Espanha, com 15% das cadeiras, eles perderam a hegemonia para os funcionários públicos (21%) e para os professores (26%). Portanto, ainda que haja um percentual expressivo desse tipo de formação acadêmica nos parlamentos ocidentais, não se pode dizer taxativamente que essa é uma característica de tais países. [...] Na Alemanha, Wessels (1997) verificou que não existe mais o monopólio do Direito no poder Legislativo: a proporção de indivíduos com essa formação caiu de 50% para 30%, no período compreendido entre os anos 1960 e os anos 1980. [...] Na França, os formados em Direito diminuíram a sua participação de 29% em 1898 para 24% no período entre guerras e para 13% na Quarta República, instaurada em 1946. Na Itália, ocupavam 42% das cadeiras de deputados no início dos anos 1920, caindo para 21% no início dos anos 1960” (Neiva & Izumi, 2012, pp. 174–175).

Esses dados, quando comparados com os das democracias mais consolidadas, chamam a atenção justamente por seu padrão desviante.

Em 1994, nas eleições federais alemãs, graduados em Direito foram os mais bem sucedidos, mas com apenas 14,3% das cadeiras para o Parlamento, muito pouco acima dos profissionais da educação (14%) e das profissões técnicas (13,3%) (Wessels, 1997, p. 89).

GRÁFICO 3 – TIPO DE FORMAÇÃO SUPERIOR DOS SENADORES ELEITOS ENTRE 1946 E 1982 NO BRASIL (%)¹⁵



FONTE: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (UFPR)/ Observatório de elites políticas e sociais do Brasil.

Ao lado do “bacharelismo” típico da vida política nacional, o Gráfico 3 indica ainda duas particularidades interessantes, e que merecem mais pesquisas: *i*) indivíduos formados em carreiras nas profissões técnicas não têm o aumento esperado na ditadura militar; *ii*) a taxa de senadores que passaram por academias militares é praticamente a mesma nos dois primeiros ciclos e só aumenta durante a fase de transição de regime.

3. *A estrutura etária do Senado brasileiro*

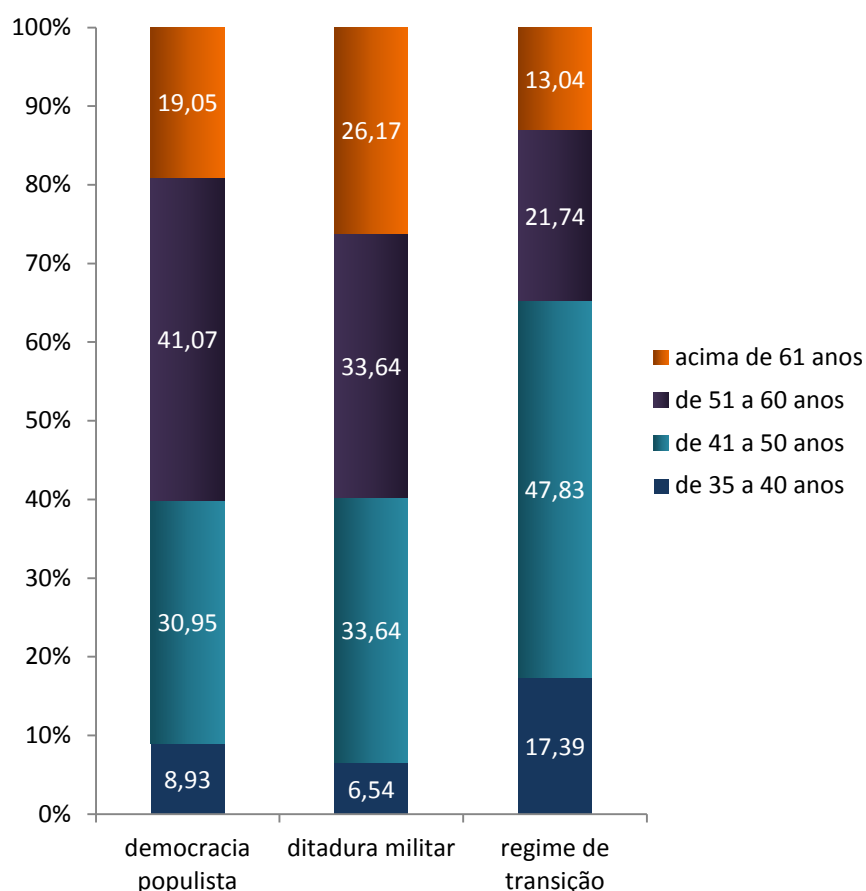
Em sistemas bicamerais, o Senado tende a ser uma assembleia de indivíduos um tanto mais velhos quando comparados com a Câmara Baixa. No Brasil, a cláusula que estipulou a idade

¹⁵ Carreiras técnicas: contabilidade, cursos técnicos, economia; Humanidades = história, sociologia, filosofia e letras. Outros = odontologia e ciências físicas.

mínima para ser eleito para o Senado em todo esse intervalo de tempo não mudou: trinta e cinco anos.

O Gráfico 4 reúne informações sobre a faixa etária dos senadores eleitos entre 1946 e 1982. Ao longo das dez legislaturas analisadas, em nenhuma delas indivíduos com mais de 61 anos são a maioria entre os eleitos. Portanto, a caracterização da Câmara Alta brasileira como uma casa de “anciãos” não encontra suporte nas evidências. A média de idade de todos os senadores eleitos nesse período é de 51 anos. Mas há algumas especificidades. De toda forma, o contingente de indivíduos mais velhos sempre é significativo.

GRÁFICO 4 – FAIXA ETÁRIA DOS SENADORES ELEITOS ENTRE 1946 E 1982 NO BRASIL (%)



FONTE: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (UFPR)/
Observatório de elites políticas e sociais do Brasil.

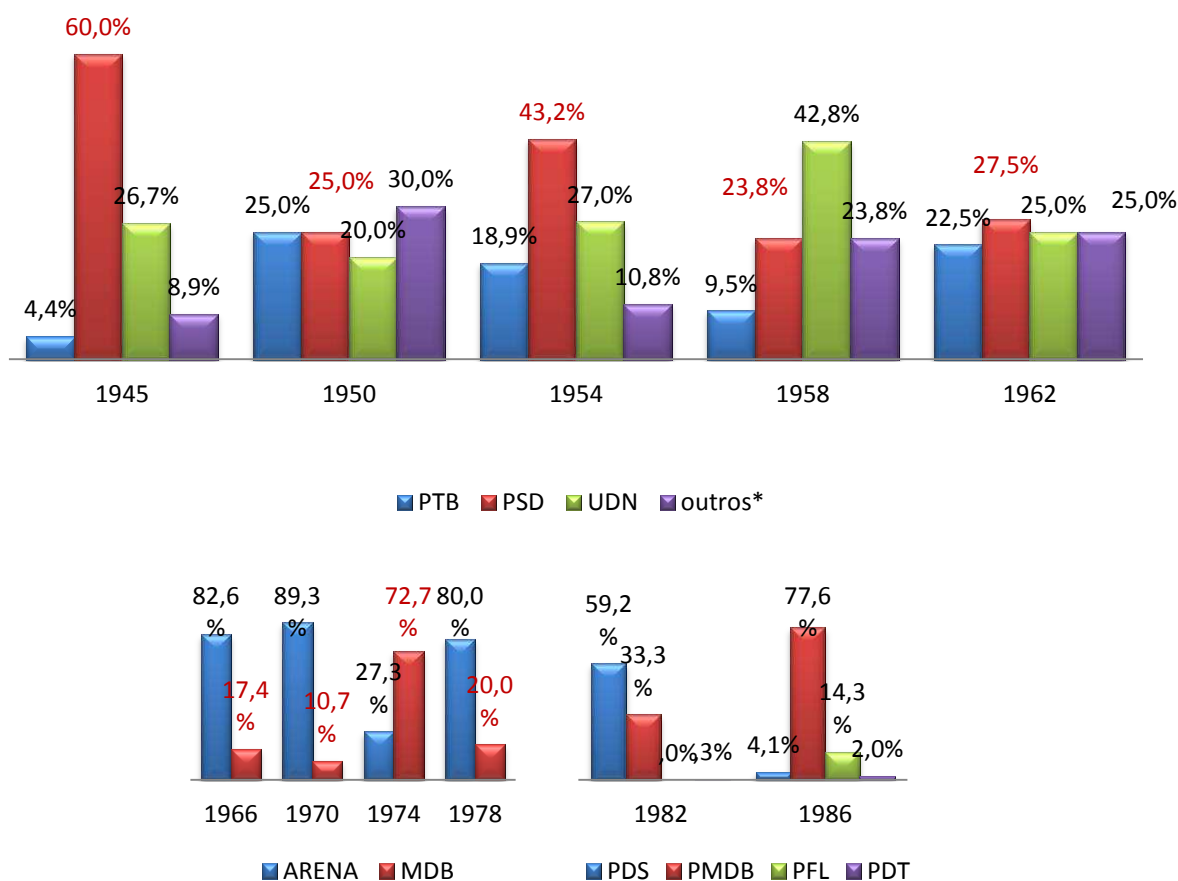
Durante a democracia de 1946 o maior contingente de senadores estava no intervalo de 51 a 60 anos (41%). Porém, somadas as duas faixas superiores de idade, 60% dos representantes são mais velhos. Na ditadura militar a Casa envelhece: quando comparado com o ciclo político anterior, há mais indivíduos no estrato mais alto (26%) e menos no estrato mais baixo (6,5%). Na fase de transição para o regime democrático o Senado se torna significativamente mais jovem: a faixa que vai dos 35 aos 40 anos (idade consideravelmente baixa para um senador) salta para 17% e os mais velhos, acima de 61 anos caem pela metade em relação ao ciclo ditatorial (13%). Para confirmar essa tendência de rejuvenescimento, os representantes se concentrarão no intervalo 41-

50 anos: quase 50% dos senadores. Isso pode ser um efeito da mudança de regime de partidos e das condições gerais da competição eleitoral.

B. *Atributos políticos: transformações incrementais e o peso do sistema partidário*

A distribuição dos senadores eleitos nesse período segundo suas agremiações aparece na tabela 1, que registra os percentuais obtidos pelos principais partidos durante os três regimes partidários. Nas eleições de 1945, 50, 54, 58 e 62 o regime era pluripartidário. Nas eleições de 1966 concorreram apenas os partidos permitidos pelo regime ditatorial-militar. E nas eleições de 1982 elegeram-se ao senado candidatos de três partidos, PMDB, PDS e PDT (esse último elegeu apenas um concorrente, Saturnino Braga).

TABELA 1 – SENADORES ELEITOS ENTRE 1946 E 1982 POR PARTIDOS POLÍTICOS (%)



FONTE: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (UFPR)/ Observatório de elites políticas e sociais do Brasil.

O gráfico revela uma estabilização da competição política na Câmara Alta durante o regime democrático-populista. A coluna vermelha, que expressa os percentuais obtidos pelo PSD, oscila de cerca de 60% em 1945 (27 em 45 senadores eleitos) para a faixa de 25% na disputa seguinte, quando apenas cinco dos 20 vencedores eram pesseditas.

Ao mesmo tempo a coluna azul, com os percentuais de senadores eleitos pelo PTB, aumenta bastante quando o partido passa de 2 senadores em 1945 (entre os 45 eleitos nesse

pleito) para 5 em 1950, quando só havia 20 cadeiras em disputa – percentualmente, o escore do PTB é 25%.

A coluna verde, com os percentuais da UDN, oscila entre 20 e 27% dos senadores eleitos na primeira década do regime democrático e pula bruscamente para 43% dos eleitos em 1958. Um dos aspectos mais salientes neste gráfico é o equilíbrio dos percentuais obtidos pelos principais partidos na disputa de 1962. Dos 40 eleitos nesse pleito, 9 são pelo PTB (22,5%), 11 pelo PSD (27,5%), 10 pela UDN (25%) e os outros 10 por outros partidos menores¹⁶ (25%).

A partir de então as colunas azuis e vermelhas distinguem os percentuais obtidos pela ARENA e MDB no Senado, respectivamente. O que chama a atenção nesse setor do gráfico é a diferença das barras com as eleições dos dois partidos, invertida apenas com a vitória do partido de oposição ao regime ditatorial-militar em 1974.

C. *Empreendimento político e configuração das carreiras senatoriais*

Apresentamos alguns traços do perfil sócio-ocupacional dos indivíduos observados. A seguir trazemos algumas curvas com o comportamento de índices de carreira política no período analisado.

GRÁFICO 5 – MÉDIA DE POSTOS PÚBLICOS OCUPADOS ANTES DA CHEGADA AO SENADO



FONTE: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (UFPR)/
Observatório de elites políticas e sociais do Brasil.

¹⁶ As siglas agregadas em “outros partidos” são as seguintes: Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Social Trabalhista (PST), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Democrata Cristão (PDC), Movimento Trabalhista Renovador (MTR), Partido Republicano (PR), Partido da Representação Popular (PRP), Partido Proletário do Brasil (PPB), Partido Social Progressista (PSP), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Libertador (PL) e Partido Popular Sindicalista (PPS).

O Gráfico 5 mostra a evolução do número médio de cargos públicos anteriores à chegada no Senado. Elaboramos uma média com a soma de todos os cargos públicos¹⁷ divididos pelo número de senadores de cada eleição.

De um modo geral, o primeiro intervalo democrático apresenta duas características importantes: de um lado, que a eleição para a Constituinte de 1946 foi dominada por indivíduos relativamente experientes e seguida de uma típica eleição de renovação (1950), com uma queda na média de cargos ocupados, indicando uma onda de novatos ou políticos menos experientes.

De fato, se pensarmos que o regime do Estado Novo de 1937 tenha sido fator determinante na reabertura democrática (Souza, 1976, cap. V), faz sentido que seus quadros tenham dominado as eleições legislativas de 1945 [isso é retomado na tabela sobre último cargo]. Por outro lado, a ampliação da competição política e as diversas organizações partidárias que se originaram a partir de então se fariam sentir na eleição seguinte (1950), na qual observamos a diminuição da média de cargos prévios. Há um aparente ‘atraso’, assim, no processo de arejamento da elite política entre um e outro regime. Em segundo lugar para o período da primeira rodada democrática, chama atenção a tendência de crescimento da média de cargos prévios para as eleições até 1974. A rotina democrática promoveu um paulatino aumento da diversificação quantitativa das carreiras dos senadores eleitos, saindo de uma média de 3,85 e chegando a 5,57 em 1962, a última eleição do pluripartidarismo.

A partir de 1966 a tendência de crescimento gradual e constante se converte em um perfil mais errático, com crescimento e queda intercalados entre as eleições sob o regime dos militares. De modo mais específico: embora o crescimento que vinha ocorrendo no regime democrático se tenha mantido entre 1966 e 1970, a conjuntura especial da eleição para o Senado de 1974 produziu uma queda na quantidade média de cargos ocupados (chegando a 4,25), especialmente por conta do ingresso de muitos emedebistas que, embora não fossem políticos desprovidos de experiência anterior, não apresentaram o estoque de cargos dos políticos da ARENA.

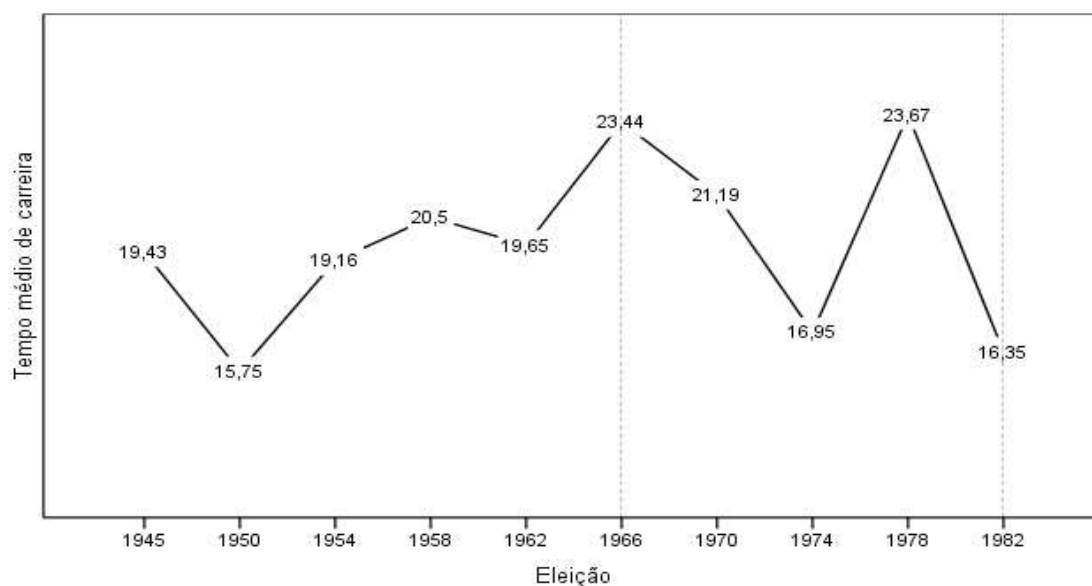
Na eleição seguinte – marcada pela figura do “senador biônico” – a maioria arenista é retomada e, com isso, os assentos serão ocupados por políticos com alta circulação em diversos postos políticos (média de 5,28 cargos).

A eliminação da eleição indireta para o Senado e a reorganização partidária que se viu em 1980 permitiram, finalmente, nova queda no indicador, mostrando que o padrão de carreira da elite legislativa irá oscilar em direção a quadros políticos com alguma experiência, mas não tanto quanto o período anterior.

No geral, o gráfico acima aponta para dois momentos bastante contrastantes: o do pluripartidarismo, com tendência à estabilização de um lento crescimento do indicador, e o momento bipartidarismo imposto e sua posterior dissolução, no qual aquela tendência foi interrompida e se verificou uma oscilação significativa, produzida por elementos institucionais e conjunturais específicos.

O Gráfico 6, abaixo, apresenta uma outra forma de analisar o perfil da carreira ao longo das nove eleições. Trata-se da disposição do tempo médio de carreira política prévia pra todos os senadores eleitos, independentemente do partido a qual pertencia.

¹⁷ Por cargos públicos nos referimos aos cargos eletivos no Executivo e Legislativo nos três níveis da federação e, além desses, os cargos de nomeação política. Não consideramos cargos públicos ocupados pela via do concurso (como é o caso de juízes, diplomatas e militares de carreira, que foram incluídos na categoria ‘ocupação prévia’). Igualmente, cargos no mundo associativo como diretores de sindicatos não foram contados aqui. Trata-se de enfatizar a relação entre Estado e a ocupação derivada da competição político-partidária.

GRÁFICO 6 – TEMPO MÉDIO DE CARREIRA ANTES DA CHEGADA AO SENADO (em anos)

FONTE: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (UFPR)/
Observatório de elites políticas e sociais do Brasil.

Assim como no gráfico anterior, a linha apresenta situações diversas entre os dois grandes ciclos recobertos pela análise. A despeito das leves oscilações (em 1950 e 1962), o tempo médio de carreira do período democrático entre 1946 e 1962 denota estabilidade, com valores sempre próximos a 20 anos em média de carreira prévia. Já na eleição seguinte, em 1966, os indivíduos eleitos para o Senado possuem a carreira mais extensa desta série histórica: ela contempla 23,18 (em média) de atividade política antes da chegada ao Senado.

Por outro lado, a partir de 1966 passa-se a verificar sucessivas alterações no comportamento da linha, chegando ao máximo nessa eleição e ao mínimo na eleição de 1974. Trata-se de uma relação estreita com as transformações nas regras para eleição de senadores experimentada no período. Em 1966 e 1978, nas quais mais diretamente as mudanças primavam pelo controle rígido da competição política para o Senado. Diversamente, comportamento declinante se vê nas eleições de 1970, 1974 (que atinge o menor valor para toda a série histórica, quando os eleitos possuem, em média, 18 anos de carreira prévia) e 1982. São momentos de queda do tempo médio de carreira, indicando momentos de inflexão naquele padrão de crescimento da *expertise* política dos senadores eleitos.

TABELA 2 – TEMPO DE CARREIRA MÉDIA POR PARTIDO EM CADA ELEIÇÃO (1945-1982)

	Democracia (1945-1962)						Ditadura (1966-1978)					Transição (1982)	
	1945	1950	1954	1958	1962	média período	1966	1970	1974	1978	média período	1982	média período
PTB	30	16	21,3	27,5	19,88	22,94							
PSD	19,5	13,8	12	18,4	20,85	16,91							
UDN	17,25	10	20,4	22,1	22,9	18,53							
outros	14,7	19,28	12,3	15	13,62	14,98							
média da eleição	19,19	15,9	19,1	20,19	19,72	18,82							
ARENA							24,16	18,9	19,17	22,4	21,16		
MDB							28	31	16,14	29	26,04		
média da eleição							24,55	20,86	17,05	18,48	20,24		
PMDB												16,36	16,36
PDS												16	16
média da eleição												16,17	16,17

FONTE: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (UFPR)/Observatório de elites políticas e sociais do Brasil.

Quando observado do ângulo dos partidos (e o regime que os definiram), as carreias mostram um contraste entre partidos num mesmo regime e, especialmente, entre os diferentes regimes. Quanto ao primeiro ciclo democrático, as maiores diferenças se dão entre o tempo de carreira médio dos trabalhistas em relação aos demais grandes partidos (PSD e UDN). A exceção de 1950, o PTB teve os senadores com as carreias mais longas em média. Os outros dois grandes partidos, PSD e UDN intercalam entre as eleições a posse da segunda média mais alta, mostrando alta volatilidade de transformação interna de seus quadros eleitos para o Senado. Além disso, importante achado se refere ao tempo de carreira dos senadores eleitos pelas pequenas siglas, que tiveram médias menores para três das cinco eleições do regime democrático da Terceira República.

São dois momentos, por assim dizer, da relação entre os pequenos partidos e os políticos eleitos por eles: aquele entre 1945 e 1950 e outro a partir de 1954. No primeiro momento, novos e pequenos partidos servem como instrumento para que velhas raposas possam providenciar suas máquinas eleitorais próprias, desalojando-se dos partidos antigos e evitando o confronto com outros líderes em máquinas partidárias já fortemente controladas. No momento seguinte, esses partidos menores servem como alternativa para que lideranças se elejam mais rapidamente, figurando como atalho para candidatos menos experientes¹⁸.

Portanto, o tempo de carreira médio dos senadores dos pequenos partidos para as eleições de 1954, 1958 e 1962 representa uma válvula de escape de arejamento de uma classe política altamente experiente. A fragmentação do sistema partidário (uma das marcas do nosso pluripartidarismo) aumenta as chances de ingresso de políticos com carreira menos extensa e, portanto, é uma das janelas de entrada de novas figuras à política institucional.

¹⁸ Para qualificar isso, os senadores eleitos em 1950 por pequenos partidos foram: Antônio Alexandre Bayma (PST-MA), Cesar Vergueiro (PSP-SP), Domingos Velasco (PSB-GO), Júlio Cesar Leite (PR-SE), Kerginaldo Cavalcanti (PSP-RN) e Mozart Lago (PSP-DF).

No que se refere ao regime de 1945, finalmente, como outros dados acima permitiram inferir, é a eleição de 1950 (e não a de 1945) que produz mudanças mais sensíveis na elite senatorial, fruto de uma reorganização política não imediata ao Estado Novo e que tem como novidade novos partidos e novas alianças tomando o lugar de velhas máquinas partidárias, especialmente em um contexto de lutas regionalizadas.

Padrão distinto pode ser observado no regime de 64. Se compararmos apenas as médias do PSD (16,91) e da UDN (18,53) com as médias da ARENA (21,16) e do MDB (26,04) *concluimos que o ciclo bipartidário forçou o incremento temporal das carreiras políticas dos senadores brasileiros.*

É flagrante o aumento médio da experiência dos senadores eleitos nas eleições sob o bipartidarismo nas duas legendas criadas pelo AI-2. Em 1966 o tempo médio de carreira dos senadores eleitos pela ARENA tem um valor de 24 anos e no MDB de 26 anos, fruto da chegada de muitas lideranças dos partidos do regime anterior, consagrando-se aquelas mais poderosas. Por outro lado, percebe-se a claramente o caráter atípico da eleição de 1974 (para os padrões do regime militar), que foi marcada pela supremacia do MDB e resultou em uma bancada com carreira prévia em torno de 16 anos, sagrando as lideranças mais curtas de todo esse ciclo, típicas figuras em ascensão na oposição ao regime militar. Ainda sobre essa tabela, como o MDB enfrentou muitas dificuldades para obter cadeiras senatoriais em todas as eleições que não a de 1974 (Madeira, 2007), suas bancadas tiveram as maiores médias de carreira política anterior, indicando, novamente, que o estrangulamento pelo qual o partido passou foi responsável pelo alijamento de quaisquer políticos sem altíssima experiência política anterior. Por fim, quanto à bancada arenista de 1978 que ficou marcada pela presença dos senadores eleitos indiretamente, pode-se perceber que teve como consequência a elevação do tempo médio de carreira.

TABELA 3 - ÚLTIMO CARGO ANTES DA CHEGADA AO SENADO POR PARTIDO EM CADA REGIME (1945-1982)

Nível		Democracia (1946-1962)				Ditadura (1966-1978)		Transição (1982)		Total
		PTB	PSD	UDN	outros	ARENA	MDB	PMDB	PDS	
Nenhum	%	0	6,7	15,4	8,3	0	0	0	8,3	5,0
	Res Padr	-1,1	0,6	2,9	0,7	-1,8	-1,1	-0,6	0,5	
Local/estadual	%	12,5	21,7	30,8	12,5	13,4	46,2	25,0	25,0	21,9
	Res Padr	-1,0	0	1,2	-1,0	-1,5	2,6	0,2	0,2	
Federal	%	70,8	36,7	35,9	54,2	53,7	50,0	37,5	25,0	46,5
	Res Padr	1,7	-1,1	-1,0	0,5	0,9	,3	-0,4	-1,1	
Altos federais	%	16,7	35,0	17,9	25,0	32,8	3,8	37,5	41,7	26,5
	Res Padr	-0,9	1,3	-1,0	-0,1	1,0	-2,2	0,6	1,0	

FONTE: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (UFPR)/
Observatório de elites políticas e sociais do Brasil.

níveis:

a) *nenhum*: sem experiência em cargos públicos eletivos no Executivo e Legislativo nos três níveis da federação e, além destes, os cargos de nomeação política;

b) *local / estadual*: vereadores, prefeitos, secretários estaduais ou cargos de segundo escalão na burocracia estadual e deputados estaduais;

c) *federal*: deputados federais e cargos de nomeação na burocracia federal em segundo escalão;

d) *altos federais*: governadores (incluídos aqui por conta da sua definição federal durante o Estado Novo e durante a Ditadura Militar), ministros, vice-presidente e presidente da república;

A tabela 3 acima mostra qual o último cargo político antes da conquista da cadeira no Senado para cada partido nos diferentes regimes. Para a sua criação, consideramos a órbita política do cargo e o vetor de sua escolha, isto é, se local/estadual ou federal. Como o cargo de governador durante o Estado Novo (interventor) e durante a Ditadura Militar (governadores que foram chamados de “biônicos”) foram escolhidos no nível federal e, além disso, produziu padrões de carreira específicos sobre os políticos do PSD (que congregou a maioria dos ex-interventores atuantes no ciclo democrático de 1946) optamos por manter a agregação para o período democrático aqui analisado.

Como afirma Maria do Carmo Campello de Souza (1976), a relação dos partidos políticos com o Estado Novo foi decisiva desde a sua origem até a reorganização democrática observada a partir de 1946. Não obstante, o dado acima permite identificar diferenças entre os partidos no que se refere aos espaços estatais nos quais tinham sua atuação acentuada. Dessa forma, na reabertura democrática, o PSD predominou nos altos postos nacionais, incluindo as governadorias, ficando bastante acima dos seus concorrentes nesse nível de atuação (seguido mais de perto, aliás, pelos pequenos partidos, como o PSP de Adhemar de Barros, que governou São Paulo e muitos outros estados). O PTB recrutou seus senadores majoritariamente entre deputados federais ou cargos de segundo escalão na burocracia federal. A UDN, por sua vez, demonstrou perfil de recrutamento mais bem distribuído entre todas as categorias, imprimindo uma característica de maior heterogeneidade para sua elite política.

Os números acima revelam alterações na via de acesso quando observamos diferenças a) entre os regimes e b) entre os partidos de cada regime. No que se refere às primeiras, a diferença mais importante se refere à *inexistência* de senadores sem cargo prévio (*debut* no Senado) no regime ditatorial-militar, corroborando a evidência de que o bipartidarismo compulsório, ao diminuir as vagas para a disputa eleitoral ao Senado, promoveu o enforcamento das candidaturas sem experiência política prévia. Por outro lado, o indivíduo sem a posse de currículo em postos políticos foi *fenômeno relativamente comum* no primeiro ciclo pluripartidário sob as hostes dos pequenos partidos, do PSD e, especialmente, da UDN¹⁹.

Em segundo lugar, importa constatar outra evidência sobre o ciclo político autoritário de 1964: além de fechar o cerco aos políticos sem carreira, o partido oposicionista diferiu muito do partido governista. Enquanto este retirou a maioria de seus senadores de cargos federais altos e baixos (em torno de 86%), aquele teve apenas metade de sua bancada recrutada em cargos federais, e raramente foram governadores ou ministros. A chegada ao Senado por meio de cargos em nível local e regional parece ser outro item de distinção da bancada emedebista²⁰.

Finalmente, esse perfil segue no partido que recebeu a maioria dos ex-aerenistas (PDS) mostrando ainda uma vez o caráter dependente em relação ao regime anterior da retomada do pluripartidarismo. Não obstante, já na transição o PMDB recrutou muitos senadores entre aqueles com experiência federal, mostrando que esse partido cresceu quantitativamente e também ampliou o seu terreno para carreiras com roupagem mais nacional.

¹⁹ Quando se examina o elevado tempo médio de carreira prévia dos udenistas (tabela 4) com a existência desses 15% novatos eleitos diretamente à Câmara Alta pode-se imaginar uma contradição. Entretanto, isto revela aquilo que Benevides (1981) aponta como as várias UDNs, composta por antigos líderes do Estado Novo como Artur Bernardes em Minas e também por líderes como Durval Rodrigues da Cruz, sergipano que conquista uma cadeira no Senado aos 43 anos sem experiência em cargos eletivos.

²⁰ Essas afirmações se confirmam por meio dos Resíduos Padronizados, que são responsáveis por revelar a diferença entre o observado e o esperado na distribuição dos valores entre duas variáveis de um determinado grupo. Seu limite crítico é de + ou - 1,96, isto é, quando acima de +1,96, indica alta propensão de concentração das categorias na casela e, quando abaixo de -1,96, baixa propensão de concentração das categorias naquela casela.

CONCLUSÕES

O *paper* partiu da seguinte indagação: quais os impactos produzidos pela mudança de regime político/regime partidário sobre o perfil social e o sobre os padrões de carreira política dos senadores brasileiros durante o intervalo que vai de 1945 a 1982?

Os achados fundamentais podem ser resumidos em cinco proposições:

1. Quando se olha o *background* social dos senadores brasileiros ao longo desse período o que se vê são mudanças importantes das suas características principais, em sintonia: *i)* com as profundas transformações pelas quais o País passou em quase meio século (urbanização acelerada, industrialização capitalista, modernização do mercado produtivo e remodelagem da sua estrutura de classes); e *ii)* com o abalo político representado pela quebra do regime político em 1964 e pela transformação do regime de partidos em 1965. Há variações nesses indicadores tradicionais (cf. acima Gráficos 1 e 2, tabelas 2 e 3).

2. No caso da formação escolar, o “capital cultural” continua sendo uma variável decisiva no jogo político nacional. Todavia, o contingente de formados em Direito, ainda a grande maioria, vai caindo continuamente e os egressos das carreiras técnicas vão aumentando quase na mesma proporção (Gráficos 2 e 3).

3. A variação mais significativa no Senado durante o intervalo 1945-1982 é a da sua estrutura etária: com o passar do tempo e a sucessão de disputas eleitorais, a Casa vai se tornando cada vez mais jovem: no último ciclo político, quase 50% dos senadores brasileiros está concentrado na faixa entre 41 e 50 anos, normalmente o padrão verificado nas Câmaras Baixas. Esse dado pode indicar, dependendo de pesquisas futuras, um processo de renovação da classe política nacional graças à depuração das velhas lideranças.

3. No que se refere aos itinerários políticos, as evidências apontaram para dois processos, ambos relacionados aos sobressaltos institucionais. Em primeiro lugar, a tendência de um aumento lento da extensão das carreiras prévias à chegada ao Senado dos políticos foi interrompida com o golpe de 1964, que provocou um salto para cima no tempo de carreira. Isso foi resultado do estrangulamento das oportunidades para lançamento de candidatos e da exclusão dos aspirantes menos treinados em postos públicos. Nesse caso, o estrangulamento das oportunidades bloqueou os menos experientes no momento imediatamente posterior ao golpe, nas eleições de 1966 e 1970 (Gráfico 6), fato também evidenciado pela ausência de candidatos sem cargos prévios nesse período.

4. A segunda consequência do golpe político-militar se refere ao tipo de recrutamento realizada pelos dois partidos vigentes no regime de 1964. Enquanto a ARENA continuou recrutando os seus senadores entre aqueles altamente experientes (sintoma da concorrência de antigos nomes da política nacional no interior do partido governista), o MDB pode renovar a composição da Câmara Alta, elegendo candidatos cujas carreiras eram, senão claramente curtas, muito menos longevas que aquelas observadas entre os seus concorrentes. Isso pode ser confirmado pela baixíssima ocorrência de senadores emedebistas advindos diretamente dos cargos federais (Tabela 3).

5. De um modo geral, a mudança de regime político em 1964 e a reconfiguração partidária com a introdução do bipartidarismo em 1966 produziram efeitos muito distintos daqueles observados nos cargos nomeados (i.e., não eleitos) pelos governos militares, como ministros de Estado e governadores. Especificamente, aqueles dois eventos transformaram uma elite parlamentar de experiência média em uma elite mais experiente, a despeito das intenções declaradas dos militares. A disputa político-eleitoral ficou bloqueada e, com isso, a luta política se restringiu entre os políticos mais antigos. As

disputas em torno dos cargos parlamentares figuraram como o espaço de acomodação das elites políticas convencionais que os militares afirmavam querer definitivamente aposentar.

Autores:

Adriano Codato (adrianocodato@gmail.com) é doutor em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), coordenador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professor de Ciência Política na UFPR. É editor-chefe da *Revista de Sociologia e Política* e coordenador do *Observatório de elites políticas e sociais do Brasil* (<http://observatory-elites.org/>).

Luiz Domingos Costa (luizdomingos@gmail.com) é Mestre em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É professor da Faculdade Internacional de Curitiba (Uninter) nos cursos de Ciência Política e Relações Internacionais e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP) da UFPR.

Lucas Massimo (lucasmassimo@gmail.com) possui Mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor no Instituto Europeo Di Design, é editor executivo da *Revista de Sociologia e Política* e investigador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP) da UFPR.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, A. A. de, Beloch, I., Lattman-Weltman, F., & Niemeyer, S. T. de (Eds.). (2001). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas.
- Araújo, P. M. (2011). Recrutamento parlamentar para o Senado e o perfil dos senadores brasileiros, 1989-2006. *Política Hoje*, 20(2), 550–580.
- Braga, M. do S. S., Veiga, L. F., & Miriade, A. (2009). Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(70), 123–142. doi:10.1590/S0102-69092009000200008
- Braga, S. S. (1998). *Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946: Um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946* (Vol. 2). Brasília - DF: Centro de Documentação e Informação/Câmara dos Deputados.
- Carvalho, J. M. de. (1996). *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial* (2a. ed., p. 435 p.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Relume-Dumará.
- Codato, A. (2008). A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo. *Revista de Sociologia e Política*, 16(30), 89–105. doi:10.1590/S0104-44782008000100007
- Codato, A., Cervi, E. U., & Perissinotto, R. M. (2013). Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012. *Cadernos ADENAUER*, XIV(2), 61–84.
- Codato, A. N. (2005). Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*, (25), 83–106. doi:10.1590/S0104-44782005000200008
- Coradini, O. L. (2011). Representação política e de interesses: bases associativas dos deputados federais de 1999-2007. *Sociedade e Estado*, 26(1), 197–220. doi:10.1590/S0102-69922011000100010

- Costa, L. D., & Codato, A. (2013). Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos senadores da República. In A. Marengo (Ed.), *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias* (pp. 107–134). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Cotta, M., & Tavares de Almeida, P. (2007). From servants of the State to elected representatives: public sector background among members of Parliament. In M. Cotta & H. Best (Eds.), *Democratic Representation in Europe: Change, Diversity and Convergence* (pp. 51–76). Oxford: Oxford University Press.
- Di Martino, M. (2009). *A política como profissão: análise da circulação parlamentar na Câmara dos Deputados (1946-2007)*. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Fleischer, D. V. (1973). O trampolim político: mudanças nos padrões de recrutamento político em Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*, 7(1), 99–116.
- Fleischer, D. V. (1981). O pluripartidarismo no Brasil: dimensões sócio-econômicas e regionais do recrutamento legislativo, 1946-1967. *Revista de Ciência Política*, 24(1), 49–75.
- Fukai, S. N., & Fukui, H. (1992). Elite recruitment and political leadership. *PS: Political Science and Politics*, 25(1), 25–36.
- Llanos, M., & Sánchez, F. (2006). Council of Elders?: The Senate and Its Members in the Southern Cone. *Latin American Research Review*, 41(1), 133–152.
- Love, J. L. (1982). *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Marengo dos Santos, A. (1997). Nas fronteiras do campo político. Raposas e outsiders no congresso nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12(33), 87–101.
- Marengo dos Santos, A. (2000). *Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre - RS.
- Matonyte, I. (2003). The Parliamentary Elite in Post-Communist Lithuania, 1990-2000. (H. Best & M. Edinger, Eds.) *Representative Elites in Post-Communist Settings*. Jena: SFB 580.
- McDonough, P. (1982). *Power and Ideology in Brazil* (p. 326). Princeton University Press.
- Messenberg, D. (2007). A elite parlamentar brasileira (1989-2004). *Sociedade e Estado*, 22(2), 309–370. doi:10.1590/S0102-69922007000200005
- Miller, M. C. (1995). *The High Priests of American Politics: The Role of Lawyers in American Political Institutions* (p. 244). Knoxville: University of Tennessee Press.
- Neiva, P., & Izumi, M. (2012). Os “doutores” da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. *Revista de Sociologia e Política*, 20(41), 171–192. doi:10.1590/S0104-44782012000100011
- Nunes, E. (1978). Legislativo, política e recrutamento de elites no Brasil. *Dados*, (17), 53–78.

- Pedersen, M. N. (2000). The Incremental Transformation of Danish Legislative Elite: The Party System as Prime Mover. In H. Best & M. Cotta (Eds.), *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries* (pp. 29–49). Oxford: Oxford University Press.
- Perissinotto, R. M., & Bolognesi, B. (2010). Electoral Success and Political Institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). *Brazilian Political Science Review*, 4(1), 10–32.
- Rodrigues, L. M. (2002). Partidos, ideologia e composição social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(48), 31–47. doi:10.1590/S0102-69092002000100004
- Rodrigues, L. M. (2006). *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: PubliFolha.
- Samuels, D., & Abrucio, F. L. (2000). Federalism and Democratic Transitions: The “New” Politics of the Governors in Brazil. *Publius*, 30(2), 43. doi:10.2307/3331087
- Santos, W. G. dos. (1971). Governadores-Políticos, Governadores-Técnicos, Governadores-Militares. *Dados*, (8), 123–128.
- Santos, F. (2000). Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99. In R. Boschi, E. Diniz, & F. Santos (Eds.), *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo* (pp. 89–117). São Paulo: Fundação Konder-Adenauer.
- Souza, M. do C. C. de. (1976). *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega.
- Wessels, B. (1997). Germany. In P. Norris (Ed.), *Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies* (pp. 76–97). Cambridge: Cambridge University Press.

ANEXO 1 . **QUADRO 3** – NÚMERO DE SENADORES ELEITOS A CADA PLEITO NO BRASIL (1945-1982)

	1945	1947	1950	1954	1958	1962	1966	1970	1974	1978	1982
legislaturas	38ª legislatura (1946-1951) e Assembleia Constituinte		39ª legislatura (1951-1955)	40ª legislatura (1955-1959)	41ª legislatura (1959-1963)	42ª legislatura (1963-1967)	43ª legislatura (1967-1971)	44ª legislatura (1971-1975)	45ª legislatura (1975-1979)	46ª legislatura (1979-1983)	47ª legislatura (1983-1987)
número de estados	21 estados (incluído o DF)	21 estados (incluído o DF)	21 estados (incluído o DF)	21 estados (incluído o DF)	21 estados (incluído o DF)	22 estados (incluído o DF)*	22 estados (criada a Guanabara em substituição ao DF)	22 estados	22 estados	22 estados	23 estados*
renovação			1/3 das cadeiras	2/3 das cadeiras	1/3 das cadeiras	2/3 das cadeiras	1/3 das cadeiras	2/3 das cadeiras	1/3 das cadeiras	2/3 das cadeiras	1/3 das cadeiras
N	2 por estado	1 por estado	1 por estado	2 por estado	1 por estado	2 por estado	1 por estado	2 por estado	1 por estado	2 por estado	1 por estado
número formal	42	21	21	42	21	42	22	44	22	44	23
número real	42	25*	22*	42	21	45*	23*	46*	22	45*	25
observações		Em 19 jan. 1947 foram eleitos os governadores de estado e o terço restante do Senado Federal. MA, PI, SC e SP elegeram 2 em função de substituições.	* eleito + 1 pelo DF para terminar o mandato de Luis Carlos Prestes (PCB).			*É criado o estado do Acre que deixa de ser território federal e elege 3 senadores	*Pelo CE foram eleitos 2 senadores; para todos os demais, 1	*Mais duas vagas (Goiás e Guanabara) preenchidas de modo suplementar após a cassação de dois mandatos com a aplicação do AI-5.		Pacote de Abril *23 (eleição direta) + 22 (eleição indireta) O Mato Grosso elegeu 3 senadores.	*É criado o Mato Grosso do Sul, que elege 1 senador; o território de Rondônia se transforma em estado e elege 3 senadores; é extinto o estado da Guanabara.

